

# Conclusões

---





## IX. CONCLUSÕES

<b>1</b>	<b>As categorias da sustentabilidade de projetos locais e suas resultantes</b>	<b>158</b>
.....		
<b>2</b>	<b>O futuro das políticas ambientais globais em questões locais</b>	<b>162</b>
.....		
<b>3</b>	<b>O trinômio democratização, sustentabilidade e qualidade ambiental, no âmbito do avanço das políticas públicas</b>	<b>163</b>



## IX. CONCLUSÕES

A busca da análise, discussão e pertinência da implantação de programas de sustentabilidade socioambiental, no contexto global e local, tema desta tese, suscitou, entre as várias questões que se apresentavam, tanto no espectro político como no ambiental, social, econômico e institucional, o recorte e a eleição de temas que pudessem explicitar os nexos existentes entre globalização e descentralização, bem como os avanços e articulações que poderiam ser esperados ou encaminhados a partir de sua discussão.

Assim, elegeu-se para a montagem desse arcabouço explicativo quatro questões principais, quais sejam, as que revelassem a historicidade, a definição e as dimensões da sustentabilidade, bem como sua relação com questões globais e locais (Lúcia Ferreira, Goodland, Guimarães, Martine, Hogan, Sachs, Leila Ferreira e Paehlke); as que discutissem a importância da atuação de vários atores sociais no processo de formulação e implementação de políticas ambientais, e o caráter emancipatório desses novos movimentos sociais, com suas variáveis explicativas e seu papel no âmbito das análises sociológicas (Habermas, Offe e Touraine); as que colocassem questões da modernidade relativas a uma nova ordem mundial, como as concernentes aos riscos ambientais, ao modo de condução da nova ética mundial, especialmente quanto à ética do conhecimento e do consumo, e ao estabelecimento de novos modos de vida, comparando as condições da pré à ultramodernidade (Beck, Lyotard, Garcia e Giddens); e finalmente as que induzissem ao debate sobre o global e o local nas políticas públicas contemporâneas, o qual será estendido no decorrer dessas conclusões (Porter & Brown, Guimarães, Cahn, Yearley, Viola, Leila Ferreira, Paehlke, Ortiz e Herculanio).

Para esse debate foi organizada analiticamente a trajetória da globalização, à maneira da abordagem da sustentabilidade, bem como a análise de sua incidência no poder local, nas políticas ambientais brasileiras. Há que se notar que tanto a sustentabilidade quanto a globalização partiram de pressupostos de caráter econômico (Goodland, Porter & Brown), avançaram nas políticas de largo espectro (novos paradigmas, transnacionalização, regimes internacionais) (Guimarães, Viola), e convergem novamente na busca da legitimação do poder local e da diversidade cultural (Leila Ferreira, Ortiz).

As quatro questões escolhidas refletem, portanto, os eixos que a questão da sustentabilidade percorreu para se constituir em novo patamar no desenvolvimento das políticas contemporâneas, com inclusão social e práticas individuais e institucionais inovadoras. Essas questões, cotejadas com o estudo de caso oferecido, que trata da implementação do programa Projetos de Execução Descentralizada, seus resultados e avaliação, oferecem três níveis de análise, quais sejam, as categorias da sustentabilidade de projetos locais e suas resultantes; o futuro das políticas globais em questões locais; e o trinômio democratização, sustentabilidade e qualidade ambiental, no âmbito do avanço das políticas públicas.



## 1 As categorias da sustentabilidade de projetos locais e suas resultantes

Quando nos questionamos sobre qual o nível de sustentabilidade que queremos e que podemos atingir, temos que examinar as contradições ideológicas, sociais e institucionais de seu discurso, analisar as distintas dimensões da sustentabilidade para transformá-las em critérios objetivos de política pública (Guimarães, 1997) e mensurar qualitativa e quantitativamente suas práticas para, por meio de suas resultantes, objetivar a requalificação de diretrizes, subsidiando políticas públicas na proposição de novos programas, no fortalecimento de parcerias e na organização de redes de informação e de replicabilidade.

Os resultados alcançados pelo programa PED circunscrevem internamente cinco categorias de sustentabilidade – política, institucional, econômica, físico-ambiental e cultural.<sup>(1)</sup> A sustentabilidade política consubstanciada em acordos internacionais (Viola, 1998, 1997), que ensejaram a instituição de programas ambientais que incluíam gestão e descentralização, assumidos pelo Ministério do Meio Ambiente, e as políticas e estratégias da Secretaria de Meio Ambiente, entre elas a implantação de modelo baseado na cidadania planetária, a implementação do desenvolvimento sustentável como conceito central da gestão ambiental e a implementação de compromissos associados como Agenda 21, e convenções do clima e de biodiversidade,<sup>(2)</sup> aliados a alguns padrões de planejamento e execução do programa, baseados em independência, transparência, participação e parceria, fizeram com que a sustentabilidade político-institucional do programa fosse plenamente confirmada. Essa confirmação é dada também pela articulação global e local conseguida, na qual foram mantidas as conexões diretas entre técnicos de todas as instituições participantes, priorizando atores e novas práticas, baseadas em confiança, rigor e responsabilidade, dado o caráter de risco inicial que o programa pressupunha, tendo em vista ser o primeiro do gênero a ser financiado globalmente e gerido localmente (Gualda, 2001). Há que ressaltar ainda o momento político nacional, com o início da abertura política no Brasil e a crescente pressão social por democratização e maior participação local na definição e encaminhamento de soluções para seus próprios problemas.<sup>(3)</sup>

Podemos então resumir a sustentabilidade política de programas locais em políticas convergentes de investimentos globais e de descentralização socioambiental nacionais, boas estratégias institucionais, atores sociais fortalecidos e independência na gestão descentralizada.

A sustentabilidade institucional se constituiu no ponto forte do programa. Uma das preocupações iniciais de estratégia global foi o fortalecimento institucional dos órgãos públicos nacionais, montagem de novos órgãos, readequação de funções e montagem de programas estaduais atrelados à qualificação ambiental via cumprimento de requisitos institucionais.<sup>(3)</sup> Os três objetivos de fortalecimento institucional federal, o institucional e legal, e os de proteção a áreas ambientalmente importantes e ecossistemas sob risco de degradação, resultaram num forte conjunto de medidas administrativas e técnicas, que permitiram desempenhos estruturados por parte do

<sup>1</sup> Ver cap. VII, Análise dos resultados do PED/SP, Introdução.

<sup>2</sup> Ver cap. VI, O Programa PED, 2.2. Políticas e estratégias da SMA/SP.

<sup>3</sup> Ver cap. VI, cit., 1.2. Conservação ambiental no Brasil: o Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA.





MMA e, no caso de São Paulo, da SMA e dos partícipes locais. Além disso, vale notar que itens técnicos específicos, como a formatação do programa com convênios estritos e programas operativos de gastos estão vinculados a uma modernização de procedimentos e monitoramento administrativo constante, os quais propõem, ao lado dos resultados físicos esperados, uma modificação profunda no “tempo” institucional.

Percebe-se, pois, que novos modos de vida, com relações diferenciadas de tempo e espaço, conectados com as noções de confiança, mobilidade e uso de novas tecnologias, procuram fazer do sistema institucional moderno também um novo “lugar”, onde as estruturas por meio das quais ele se constitui não são mais organizadas localmente (Giddens, 1991), e sim constantemente rearticuladas.<sup>(4)</sup>

A sustentabilidade institucional constituiu-se, porém, de maneira parcial, apesar dos avanços nos resultados conseguidos.<sup>(5)</sup> A introdução dessa questão ambiental em todos os níveis e setores ambientais, como forma de fortalecimento dos níveis de participação democrática (Paehlke, 1994), não conseguiu, como de resto praticamente todos os programas ambientais estaduais, a internalização desejada em outros órgãos da administração estatal.

Isso posto, apesar de a articulação vertical sair extremamente fortalecida, estabelecendo ainda eixos transversais de participação, as resistências encontradas e o pouco investimento político nas estratégias horizontais, se não representaram um problema específico de execução, traduziram um indicador de enfraquecimento futuro no avanço das políticas públicas ambientais, dentro do aparelho de Estado. Por outro lado, a avaliação institucional feita pelo Banco Mundial foi considerada satisfatória, principalmente pelo papel marcadamente importante das agências ambientais estatais e das municipalidades,<sup>(6)</sup> caracterizando assim um destaque da institucionalização local, para o sucesso dessa forma de sustentabilidade.

Podemos, portanto, vincular a sustentabilidade institucional a estruturas institucionais fortalecidas, global e localmente, verticalização e transversalidade das articulações com co-responsabilidade, atores encaixados em novos modos de vida institucionais e incremento da internalização da sustentabilidade ambiental horizontal.

A sustentabilidade econômica é, entre todas, a mais discutível, tendo em vista que ela abrange uma análise de situação na fase pós-financiamento, não monitorada pelo programa. A fase de financiamento, considerada bem-sucedida (com 95% de realização financeira),<sup>(7)</sup> e portanto bem avaliada pelo Programa Nacional do Meio Ambiente, não chega a introduzir as questões de gestão e de negócios, imprescindíveis a qualquer projeto dessa natureza. Desta forma, o aporte para planos de manejo, de negócios e de gestão é condição essencial para a sustentabilidade econômica futura, bem como as demais atividades de gestão, produção e/ou manejo, comercialização, capacitação técnica e institucional e assistência técnica.<sup>(8)</sup> As condições políticas nacionais, dispostas por ocasião da montagem do projeto, criaram condições para a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável, fortalecendo a diretriz de descentralização da gestão ambiental,<sup>(9)</sup> mas ainda preocupada com a sustentabilidade econômica do

4 Sobre os discursos dos novos modos de vida, ver cap IV. Políticas públicas ambientais: a nova ordem, 3. A gramática do novo modo de vida.

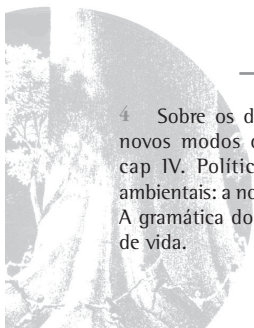
5 Foram envolvidas no programa, além das unidades coordenadoras e gerenciadoras, três secretarias estaduais, uma empresa pública federal, quatro institutos, duas fundações estaduais e duas universidades públicas. Ver cap.VII, cit.,1. Sustentabilidade política, institucional e econômica: resultados da gestão ambiental descentralizada.

6 Ver cap. VIII, Avaliação do Programa PNMA/PED, 2.3. Avaliação de performance dos responsáveis pelo acordo de empréstimo: Banco Mundial, MMA e IBAMA.

7 Ver cap. VIII, cit., 2.2. Avaliação de resultados.

8 Ver Ferreira & Guilherme, Diagnóstico de Indicadores de Sustentabilidade, E. Diagnóstico de situação por projeto.

9 Ver cap. VI, cit., 1.2. Conservação ambiental no Brasil: o Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA.



financiamento internacional, como atesta a avaliação de eficiência do investimento do Banco Mundial<sup>(10)</sup> e a participação econômico-financeira dos parceiros.

Assim, pudemos aferir que a eficiência global não se traduziu em eficiência local, constatada na gestão pós-financiamento, e na geração de renda para as comunidades envolvidas. A estrutura econômica para a sustentabilidade deve, portanto, ser traduzida por sustentabilidade financeira global, eficiência no retorno dos custos do capital, racionalização dos custos institucionais e, principalmente, organização da gestão local na fase pré e pós-investimento, além das garantias políticas globais e locais para sua plena efetivação.

A sustentabilidade físico-ambiental, demonstrada pelos resultados apresentados nos projetos, bem como nos efeitos ambientais regionais, traduz o esforço social na construção desse modelo. Para tanto, os atores sociais envolvidos na busca de resultados e soluções, independentes de sua classe ou ideologia,<sup>(11)</sup> dispondo ainda da flexibilidade e co-responsabilidade disponibilizada pelo programa, montaram associações, modernizaram secretarias municipais, ampliaram assessorias e ativaram setores sociais isolados na busca dos resultados físico-ambientais pretendidos. Com isso, e levando-se em conta todos os critérios e limites exarados por leis e normas institucionais, criaram uma rede física incipiente mas quantificável, a nível de Estado, para a aferição da sustentabilidade dessa experiência.

Os projetos executados trabalharam pela conservação dos três biomas do Estado, Mata Atlântica, Zona Costeira e Cerrado, que encerram questões vistas como de globalização dos riscos, como perda de biodiversidade, esgotamento de recursos renováveis, degradação do solo e apropriação de biomassa (Giddens, 1991);<sup>(12)</sup> tentam também vencer o desafio da valoração da natureza, dos questionamentos dos mercados, aliados a novos valores individuais e à instauração de uma nova ética; e, se constituem como parte do consenso global para as estratégias de transição para a sustentabilidade como as apontadas por Goodland (1995), Guimarães (1998b), Martine (1993), Hogan (1993b) e Sachs (1994).<sup>(13)</sup>

Temos elencados seis projetos demonstrativos, trabalhando grandes questões ambientais com interveniência global e regional, refletindo as ações locais sobre as questões de risco acima mencionadas. Referem-se principalmente a reflorestamento de matas ciliares, às margens de rios e reservatórios, promovido em três extensas regiões do Estado, beneficiando vinte e oito municípios, com infra-estrutura de produção, como laboratórios e viveiros, e plantio de cerca de dois milhões de mudas de espécies nativas; controle de erosão, em uma das regiões mais pobres do Estado, o Pontal do Paranapanema; manejo de recursos florestais e costeiros, também em uma região com o menor IDH do Estado, Litoral Sul e Vale do Ribeira, com manejo de bancos naturais de ostras, incluindo depuração e comercialização, manejo da caixeta e introdução de tecnologias alternativas; atividades de piscicultura, com instalações de tanques e fábrica de beneficiamento no Vale do Ribeira, em Barretos e Piracicaba;

10 Ver cap. VIII. cit., 2.2. Avaliação de resultados, Draft Performance Audit Report / Banco Mundial, 2001.

11 Sobre esses novos movimentos sociais, ver cap. III, Novos movimentos e atores sociais em Habermas, Offe e Touraine: questões para o ambientalismo e a sustentabilidade, 1. O caráter emancipatório dos movimentos sociais em Habermas.

12 Ver cap. IV, Políticas públicas ambientais: a nova ordem, 1. As questões de risco e civilização.

13 Ver cap. II, Sustentabilidade e poder local: a trajetória ambiental, 4. Sustentabilidade, globalização e descentralização.





atividades diversas como apicultura, agrosilvicultura, fruticultura; e educação ambiental que perpassa praticamente todo o território social do programa.<sup>(14)</sup>

Mas a essa rede física montada ainda não correspondeu a apropriação social e produtiva pretendida. Gestão inadequada da produção, como no projeto de beneficiamento da caixeta em Iguape, inadequação das obras para posterior licenciamento dos produtos, (como o S.I.F.), no caso da cooperativa de ostras de Cananéia, falta de infra-estruturas públicas necessárias, como saneamento para a fábrica de filetagem de pescados de Jacupiranga, dificuldades e morosidade na gestão de empreendimentos ligados diretamente ao poder público, como as unidades de produção de alevinos de Piracicaba e Barretos, fiscalização inadequada nas áreas de reflorestamento ciliar nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Peixe, desrespeito ao plano de gestão, como em Tarumã e Presidente Venceslau, se não inviabilizaram a proposta inicial, demonstraram, porém, a necessidade de inserção das questões de capacitação, gestão e associativismo como essenciais à organização da sustentabilidade local.<sup>(15)</sup>

A sustentabilidade físico-ambiental de programas locais é dada, pois, por propostas de obras compatíveis com a estrutura de produção programada, incluindo questão fundiária, infra-estruturas físicas públicas e privadas e sistemas de licenciamento; planos de manejo, de gestão e de negócios, para a viabilização dos projetos na fase pós-financiamento; capacitação inicial de coordenadores, gerentes, responsáveis técnico-institucionais e responsáveis por gestão administrativa e técnica em ONGs e associações co-partícipes; sistemas de fiscalização, monitoramento e avaliação dos programas, nos níveis local, estadual, nacional e global, com participação dos parceiros iniciais do programa; e avaliação do grau de impacto ambiental positivo e negativo no ecossistema, incluindo renovação dos recursos naturais manejados, grau de replicabilidade em ecossistemas semelhantes e inserção em sistemas de monitoramento internacionais de recursos sob risco regional e global.

E, finalmente, a sustentabilidade cultural é dada pela apropriação concomitante de sistemas peritos e tradicionais de cultura, tanto pela inserção de populações tradicionais, suas formas de manejo dos recursos, estrutura associativa e estrutura de posse das terras necessárias, quanto pelas assessorias técnicas e institucionais pertinentes, acessadas para a montagem dos programas, gestão técnica, administrativa e institucional e articulação global.<sup>(16)</sup> Para tanto, a ética do conhecimento a ser praticada deve privilegiar a noção do “saber” não somente como um conjunto de elementos denotativos, mas também as idéias de saber fazer, saber viver, saber escutar (Lyotard, 1989), aliados a uma competência que excede a aplicação do mero critério da verdade e que se alarga à dos critérios de eficiência (qualificação técnica) de justiça e/ou de felicidade (sabedoria ética). Portanto, o consenso a ser firmado é aquele que permite circunscrever um determinado saber dentro do que se constitui a cultura de um povo.<sup>(17)</sup> O grau de dificuldade apresentado para a consecução dos programas é, pois, fruto tanto da falta de capacitação técnica, por parte das populações tradicionais, como da falta de diagnósticos precisos de o quanto esse saber popular “ensina” aos técnicos as formas alternativas, social e ambientalmente mais generosas e corretas, de gestão dos recursos naturais e ambientais e de seus produtos resultantes.

14 Ver cap. VII, Análise dos resultados do PED/SP, 2. Sustentabilidade físico-ambiental: resultados por projeto. 2. Resultados por projeto.

15 Ver cap. VII, cit., 2.1. Procedimentos gerais de gestão.

16 Como exemplo de levantamento de questões culturais em sistemas socioambientais locais, ver “Pesquisa Sócio-Ambiental em três comunidades remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira”, 1999, Fundação Florestal SMA/SP, Brasil.

17 Ver cap. IV, Políticas públicas ambientais: a nova ordem, 2. A questão da ética de conhecimento e ética de consumo.



## 2 O futuro das políticas ambientais globais em questões locais

A complexidade exigida para a análise das forças interagentes na dinâmica da política internacional, relativa às políticas ambientais globais, envolve dimensões como atividade econômica e escopo geográfico dos atores estatais e não estatais envolvidos (Porter & Brown, 1991), relacionadas às questões institucional, ambiental e econômico-financeira (Viola, 1998), convergindo para o envolvimento das agências transnacionais e instituições financeiras multilaterais para negociações sobre problemas ambientais globais, os quais passam a ser organizados pelos chamados Regimes Internacionais.<sup>(18)</sup>

O interesse de nossa discussão se refere a quais são os regimes internacionais que remetem, direta ou indiretamente, para as questões locais, o enfoque de suas agências de financiamento e fomento e as hipóteses de ampliação do escopo de suas diretrizes em regimes diferenciados. A definição de Regime Internacional como um sistema de normas e regras que são especificadas por instrumentos multilaterais legais entre Estados para regular ações nacionais em uma dada questão, trabalhando linhas estruturais, utilitárias, de barganha institucional, ou de comunidades epistêmicas (Porter & Brown, 1991), ensejou regimes da mais alta relevância como o da Proteção da Camada de Ozônio, o das Mudanças Climáticas, e o da Biodiversidade (Viola, 1998).<sup>(19)</sup> O programa de sustentabilidade local ora apresentado insere-se, pela utilização prioritária de recursos nacionais florestais e costeiros, na questão da biodiversidade, tendo também acesso às questões de mudanças climáticas, pela linha dos reflorestamentos desenvolvidos. Os grandes financiadores internacionais, implementadores das diretrizes atreladas a políticas que derivam da estruturação de tais regimes, como Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o GEF, Global Environmental Facilities, vêm financiando linhas nacionais de projetos de sustentabilidade local como o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), e o PNMA, I e II. Este, constituído de três grandes componentes, a saber, Desenvolvimento Institucional, Gestão Integrada de Ativos Ambientais e Coordenação e Articulação, permite a leitura de seu segundo componente como um programa que consolida e reajusta pontos da questão da sustentabilidade local, instaurada pelo programa PED do PNMA I.<sup>(20)</sup> Alguns pontos considerados como ganhos do processo nesta Gestão Integrada de Ativos Ambientais, além da nova qualificação dos Estados, agora com exigências superiores às apresentadas no PNMA I, são a inclusão de uma fase específica de monitoramento e avaliação ambiental, o acesso ao financiamento por fases, as quais funcionam como avaliações intermediárias de desempenho, e o estabelecimento de prioridades ambientais, nas quais são apontados os recursos ambientais a serem ativados e a região onde se inscrevem. E ainda a questão ambiental é equacionada não só em termos da conservação de recursos e sua sustentabilidade socioeconômica e ambiental, mas na qualidade do meio ambiente e geração de benefícios socioeconômicos, atribuindo valores aos bens e serviços do meio ambiente, em termos econômicos de mercado.<sup>(21)</sup> Por outro lado, a instância estadual, antes a coordenadora-geral, elemento agregador de todas as parcerias e interveniente nos convênios, perante as figuras do concedente (União) e conveniente (município),<sup>(22)</sup> torna-se agora o próprio conveniente, num aparente retrocesso à questão da descentralização ambiental e seus benefícios

18 Ver cap. V, O global e o local nas políticas públicas contemporâneas: relações internacionais e nacionais, 1.2. Políticas ambientais globais.

19 Ver cap. V, cit., 1.3. Negociações e regimes internacionais para problemas ambientais globais.

20 Ver Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2000, “Programa Nacional do Meio Ambiente II – Gestão Integrada de Ativos Ambientais”, Brasília, Brasil.

21 Op. cit., pág. 7.

22 Ver cap. VII, Análise dos resultados do PED/SP, 1.3. Questões jurídicas e financeiras globais e locais: os convênios.



políticos e institucionais. Mas sendo um programa em estágio inicial, há que esperar por um monitoramento adequado e uma avaliação crítica consistente na análise de seus benefícios.

Todos os cenários até aqui apresentados, porém, convergem para um mesmo novo patamar, embutido e incluído nas diretrizes e práticas implementadas, qual seja, o do estabelecimento de um novo paradigma, no qual os estudos sobre sustentabilidade, modernidade, meio ambiente e ética são considerados suas partes constitutivas (Guimarães, 1997). Em sua análise do PNMA/PED, o Banco Mundial adianta que a mudança do paradigma de desenvolvimento no Brasil ainda levará um certo tempo e necessitará de continuidade e incentivos positivos de longo prazo.<sup>(23)</sup> Guimarães vai além, concluindo que o desafio da sustentabilidade é um desafio eminentemente político e que, citando Einstein, “precisamos de uma maneira distinta de pensar para que a humanidade possa sobreviver”. “A crise atual também indica o surgimento de uma nova era. É possível que não saibamos como prevê-la, mas Charles Birch está coberto de razão: podemos inventá-la. O argumento ecológico é, por definição, político. Antes de reduzirmos a questão ambiental a termos técnicos para a tomada de decisões racionais, há que forjar alianças entre os distintos grupos sociais capazes de impulsionar as transformações necessárias” (Guimarães, 1997: 43).<sup>(24)</sup> Portanto, é na discussão política da sustentabilidade que iremos completar essas conclusões, e são as que se seguem.

### **3 O trinômio democratização, sustentabilidade e qualidade ambiental, no âmbito do avanço das políticas públicas**

A defesa da vertente democrática como altamente relevante para a matriz da sustentabilidade com qualidade ambiental, incidente nesta tese, é parte de um debate político que tem suas raízes na perspectiva histórica construída por ecologistas radicais e moderados, como Schumacher, Illich, Paehlke, Morrison e Cahn.

Morrison (1995), em sua discussão sobre democracia ecológica, busca explicitar o novo movimento, que parte da civilização industrial atual para a ecológica, promovendo uma democracia revitalizada, em função da transformação dos mercados, da expansão da liberdade e da comunidade e da proteção dos “comuns ecológicos”. Os direitos individuais e os de grupo, advindos da Constituição americana, via Thomas Jefferson, balizam seu argumento por uma democracia, vista como um governo não elitista, que ajuda a equilibrar tensões entre o individual e o coletivo (Morrison, 1995: 6). Centra seus argumentos na revitalização de valores democráticos fundamentais, incluindo o livre-arbítrio, e na transformação dos imperativos industriais da produção e consumo, lucros e poder. Em sua descrição da democracia ecológica, a define como uma articulação de diferentes sociabilidades, em uma rede complexa de relacionamento entre elas e com a biosfera.

Esse argumento vai ser em parte retomado por Leila Ferreira, quando analisa a crise dos processos de regulação social e seu potencial emancipador, levantando outras sociabilidades, práticas e culturas que a modernidade marginalizou, mas que se revelam

23 Ver cap. VIII, Avaliação do Programa PNMA/PED, 3. Recomendações gerais.

24 Ver cap. II, Sustentabilidade e poder local: a trajetória ambiental, 3. Dimensões da sustentabilidade.



como novos espaços politizados, como o doméstico, o da cidadania e o mundial, conectados pela ação política e tornando visível uma multiculturalidade atuante, capaz de identificar relações de poder e de imaginar formas para transformá-las em relações de autoridade partilhada (Leila Ferreira, 2001: 17).<sup>(25)</sup> Essa multiculturalidade aparece ainda no contexto da mundialização, como analisada por Ortiz (1997),<sup>(26)</sup> no qual ressalta a dimensão cultural como uma outra totalidade, buscando um princípio de cidadania que não a da nação inteira dos países onde a revolução burguesa se completou (Ortiz, 1997: 39).

Paehlke (1994) discute a questão de valores, já explicitando-os como valores ambientais e associando-os à democracia, como um desafio para este século. Elenca quatro questões básicas para sua discussão, quais sejam, a de valores ambientais e tomada de decisão política, a de proteção ambiental e justiça social, a de realidades ambientais e crescimento econômico,<sup>(27)</sup> e as relacionadas à desmilitarização com proteção ambiental, segurança nacional e paz mundial (1994: 358). E, por fim, estabelece alguns pontos para validar as sociedades democráticas como as mais aptas a lidar com os problemas ecológicos atuais. Demonstra que dirigentes autoritários não são sensíveis ou informados sobre problemas ambientais; que regimes autoritários não são os mais adequados para induzir comportamentos positivos, especialmente os de longo prazo; e que a democracia provê um bom clima para a mobilização social e econômica, e se necessário para a aceitação de alguma cota de privação.

Ao indicar o pluralismo democrático como o mais adequado às iniciativas participativas, estende o argumento à questão da proteção ambiental, indicando a expansão dos poderes ambientais aos níveis regional e municipal, bem como a todas as instâncias e subdivisões governamentais (Paehlke, 1994: 363). E, ao que parece, tudo o que foi indicado por Paehlke para a sociedade global dos anos de 1990 transpôs as portas do novo milênio. Questões como a prevenção ao invés da reação às crises ambientais, a proximidade do fim da era do petróleo, dúvidas sobre a sustentabilidade global sem escassez para o médio e longo prazos, sobrepujando teorias sobre riscos globais catastrofistas, e principalmente a mudança de relações entre as superpotências permitindo progresso simultâneo das necessidades do ambientalismo global e do desenvolvimento econômico (1994: 364) permanecem no horizonte das políticas públicas globais e locais. Os grandes problemas econômicos detectados na instauração do processo da globalização, a falência, para o bem ou para o mal, de parte destas propostas, os novos alinhamentos políticos em função de eleições em países-chave, como Estados Unidos e Inglaterra, Brasil e México, e China, como parceiro inclusivo, bem como as forças nascentes no Leste Europeu, darão ensejo a novas leituras sobre a importância e alcance das políticas ambientais, vis-à-vis com os processos políticos por vir, socialistas, conservadores ou progressistas. O que podemos concluir, não como afirmação mas como estratégia, é que regimes democráticos acomodam melhor novos movimentos sociais, solidificam procedimentos participatórios e, como viemos demonstrando ao longo deste trabalho, promovem a inclusão em vários níveis, sendo os principais os vinculados à capacitação e conscientização de populações locais, aliados a uma melhor organização social, tanto para a sustentabilidade econômica, via inserção no mercado de produtos diferenciados em seu processo de produção,

25 Ver cap. V, O global e o local nas políticas públicas contemporâneas: relações internacionais e nacionais, 2.2. Políticas locais no contexto da sustentabilidade, democracia e mudanças ambientais globais.

26 Ver cap. V, cit., 2. Globalização e poder local em políticas ambientais no Brasil: democratização, sustentabilidade e qualidade ambiental.

27 Sobre as questões de consumo, ver Laymert Garcia in cap. IV, Políticas públicas ambientais: a nova ordem. O risco, a ética e o modo de vida na estruturação da nova ordem mundial, 2.2. A ética do consumidor: virtude e virtualidade.



como para a proteção e sustentabilidade ambientais, via manejo adequado de recursos renováveis e vigilância sobre as áreas a preservar. E, por fim, a qualificação para a conservação ambiental inclui, para além do território dos recursos renováveis, com seu manejo conseqüente, ambiental, social e econômico, com monitoramento e avaliações adequados, também as questões urbanas, com todas as estruturas socioeconômicas amplas existentes no bojo dessa localização (Leila Ferreira, 2001b).

Podemos, então, concordar com Paehlke, ao dizer que não temos respostas para muitas de nossas indagações, mas podemos, sim, afirmar que o ambientalismo, mesmo em meio às turbulências atuais, pode ainda ser considerado uma ideologia<sup>(28)</sup> cujo tempo, se não chegou, possui grandes probabilidades de existência futura.

---

28 Paehlke (1989), no capítulo “Ambientalismo sem Apocalipse”, pág. 5, define a palavra ideologia de uma forma mais neutra da que é normalmente usada. “Eu considero ideologia como um conjunto de idéias políticas, uma visão de mundo, ao mesmo tempo carregada de valores e compreensiva. Talvez o uso da palavra ideologia nesse sentido servirá para lembrar

que nenhum conjunto de idéias, meio ambiente inclusive, pode tomar-se um sistema fechado, hostil a outras novas idéias, ou mesmo para as evidências apresentadas pela ciência. Em realidade, a tendência ao fechamento é provavelmente inevitável, desde que não se possa assumir a abordagem de uma política coerente, ampla, pelo menos por um tempo, algo como

outra versão inteligente da realidade. Mas o ambientalismo, sendo a medida do esforço para um desenvolvimento intelectual futuro, deve permanecer mais aberto que as ideologias que o precederam e mais disposto a apreciar as forças dos competitivos conjuntos de idéias”.



